29

Discurso na audiência com as organizações indígenas do Brasil

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE AGOSTO DE 1995

Senhores; Senhoras; Representantes das várias comunidades indígenas e das várias regiões do Brasil; Senhor Ministro; Senhor Secretário-Geral do Ministério,

Em primeiro lugar, creio que esta é uma reunião inédita. Não sei se houve, muitas vezes, oportunidade de o Presidente da República conversar diretamente com um conjunto tão variado de representantes das comunidades indígenas.

Isso é feito com o propósito, precisamente, de mostrar às comunidades indígenas e ao País a atenção que o Governo Federal, sob a minha direção, dará à questão indígena.

Alguns aqui já se referiram ao fato de que, na elaboração da Constituição, em 88, esse capítulo relativo aos indígenas teve a minha cooperação direta. Até os textos relativos a essa matéria foram ajustados por alguns senadores e deputados, como o Senador Severo Gomes e como o Deputado, nosso amigo que esteve conosco, Márcio Santilli, que foi um batalhador, e o Deputado Fábio Feldmann.

Em certos momentos, éramos as pessoas que tentavam passar a limpo o pensamento geral que havia na Constituinte e a intenção que havia, que foi majoritária, de colocar a questão indígena de maneira apropriada na Constituição.

O Ministro da Justiça já expressou que o Governo se opõe às modificações da Constituição no que diz respeito aos índios. Ela não vai ser modificada. Dificilmente haverá maioria para se contrapor àquilo que é o pensamento do País e está consubstanciado na Constituição quanto a esta matéria.

De modo que não creio que haja maiores cuidados a respeito da questão de modificações constitucionais. Até pelo contrário, acho que nós temos que reafirmar agora, mais que nunca, a condição do Brasil como um País que abriga comunidades indígenas, um País multirracial.

Ainda hoje, recebi, pela manhã, o Presidente de Angola, Dr. Eduardo Santos, e eu insistia no fato de que nós devemos crescentemente dizer ao mundo que esta aqui é uma sociedade que tem dimensões culturais diversas, que tem etnias diversas, cor da pele diversa e que se orgulha disso. E que, no momento em que a Europa, sobretudo, assiste a pruridos, ainda bem que localizados, de racismo, nós nos opomos, aqui, a qualquer revigoramento de tendências que sejam de exclusivismos, sejam fundamentalistas, de ordem religiosa, sejam raciais, sejam de qualquer tipo de discriminação. Pelo contrário, isto aqui é uma sociedade pluralista e tem que adaptar todo o seu sistema legal e governamental a esta realidade. Isso é inequívoco.

Quanto às questões relativas às demarcações de terras indígenas, eu tenho, não digo uma perfeita noção, mas informações suficientes para saber o que ocorre. É verdade que, em certas regiões do Brasil, existem penetrações, em terras indígenas, de elementos que não são indígenas. Muitas vezes, o que dificulta toda a situação é que se trata, também, de pessoas pobres, que são posseiros. Outras vezes, são garimpeiros. Mas, outras vezes, são empresas também. E quaisquer deles não têm o direito de penetrar nas terras. Agora, o tratamento tem que ser diferenciado, porque o Governo tem que ter a sensibilidade para dar-se conta das realidades. Muitas vezes, trata-se de pessoas que estão ali de boa-fé,

lavrando sua terra e, de repente, se sentem, digamos, penetrando em terra indígena. Talvez não tivessem nem consciência do fato. Isso é diferente de uma situação em que existe uma madeireira que avança numa terra indígena com propósitos de outra natureza, que não são justificáveis de nenhuma maneira.

Dito isso: nós sabemos também das dificuldades das demarcações. Um dos primeiros atos que pratiquei como Presidente da República foi, ao ir à Amazônia, receber comunidades indígenas e dar curso ao projeto do G-7 no que diz respeito a recursos para a demarcação de terras indígenas.

Acho que, crescentemente, o Governo do Brasil tem que assumir com seus próprios recursos, por escassos que sejam, esta responsabilidade.

Os recursos são escassos. Não vou entrar em discussão de recursos porque passo o dia inteiro nisso. Mas queria só lhes lembrar o seguinte: orçamento não é dinheiro. Não se preocupem com um orçamento muito grande ou muito pequeno. Não é isso que conta. O que conta é o que está sendo efetivamente gasto e se há vontade política, como aqui alguém já disse, para fazer.

Tenho conversado muito com o Ministro da Justiça a respeito do Decreto 22. Não há prejulgamento. O que há é uma predisposição, aparentemente, e um embasamento jurídico que leva à convicção de que há certa probabilidade de esse decreto ser considerado inconstitucional por causa do contraditório. Se for declarado inconstitucional, aí as terras demarcadas perdem validade. Todas. Então, nós vamos para a estaca zero. A decisão que nós temos que tomar, e é em conjunto – eu disse isso aos antropólogos com quem conversei outro dia –, não é uma decisão isolada do Presidente da República. É saber o risco que se quer assumir nisso.

É mais cômodo para o Governo cruzar os braços, deixar que o Tribunal atue. Agora, as conseqüências, como dizia o Conselheiro Acácio, vêm sempre depois. E, aí, às vezes, pode ser tarde para remediar.

Então, essa matéria, a meu ver, deve ser objeto de uma análise de boa-fé de parte do Governo e de parte dos interessados. Vamos ver, juntos, qual é a situação, como é que nós podemos sair dela e o que

podemos fazer. Com que propósito? O de garantir a demarcação de terras, o máximo que for possível, e de ter um programa de demarcação que seja mais ativo, mais eficaz e garantido por um instrumental legal. Não quero entrar em pormenores, até porque não me corresponde esse papel.

Eu pediria – e uma das razões do nosso encontro aqui é esta – que houvesse uma troca de informações mais direta entre as percepções que existem dos grupos indígenas e os que são responsáveis pela condução da política indígena no Ministério da Justiça. Porque, se nós estivermos de boa-fé, de lado a lado, e aqui não há dois lados, há um só... Nós todos queremos preservar, obedecer à Constituição. Preservar a cultura indígena, demarcar as terras indígenas. Isso é indiscutível. Não é um grupo querendo uma coisa e outro grupo querendo outra.

O que há é uma outra questão: é saber qual é a melhor maneira de, dentro da lei e da Constituição, preservarmos. Não adianta fazer uma bravata e dizer: "Bom, eu vou fazer isso." E, depois: "Vocês não têm força para fazer, porque foram pegos numa situação legal que não lhes permite fazer."

Tenho conversado com alguns juristas, alguns até muito ligados aos movimentos indigenistas, que sabem que o risco é grande. Se o risco é grande, eu os convido a que discutam no Ministério da Justiça, devagarinho, o que é que se faz. Porque também não adianta o Governo fazer, com o propósito de melhorar a situação das comunidades indígenas, e tudo o que o Governo fizer ser suspeito, porque, ao fazer isso, ele queria aquilo. Aí, não vale a pena. Não é isso não.

O Governo quer, realmente, tem vontade efetiva, real, transparente, é atuar de maneira que seja positiva para as comunidades indígenas e para a preservação do espírito e da letra da Constituição.

É dentro desse marco que nós temos que conversar e temos que nos entender. E, se o Governo estiver equivocado aqui ou ali, errado aqui ou ali, volta atrás. Mas vice-e-versa. Vice-versa, porque, senão, a discussão não é de boa-fé. Se só um lado está certo e o outro está errado, não precisa discutir. Não precisa discutir. Quer dizer, cada um vai... Aí dá no famoso fundamentalismo: um mata o outro. Que Deus nos livre disso. Não vamos fazer isso, não é?

Não vamos fazer isso, vamos conversar, vamos ver caso a caso. Vamos também aparelhar melhor a Funai e o Ministério da Justiça. Não adianta botar mais gente nos órgãos do Governo, tem que botar mais eficiência. Eu não quero prejulgar, porque não conheço a Funai de perto. Mas, certamente, se o Orçamento for bem administrado, produz mais.

Num país como o nosso – e foram dados do nosso companheiro de partido que falou aqui –, se os dados forem aqueles, vê-se claramente a questão. Vê-se claramente que nós temos problemas muito difíceis de alocação de recursos. São 22 reais *per capita*. Não é nada, se for esse o dado.Mas vamos supor que não seja esse, seja igual à média do Brasil. Até gostaria que os sanitaristas concordassem com esses números aí, de que gostei muito. Se fossem 100 reais *per capita*, ainda assim nós teríamos, como temos hoje, imensas dificuldades para atender a situações que são justas, e o recurso não dá.

Infelizmente, não se resolve por decreto. Se se resolvesse por decreto, eu decretava o aumento do salário mínimo, decretava o bem-estar geral, inclusive o meu, e não andava de meia furada. Mas não posso resolver por decreto. Temos que resolver pelo trabalho, pela compreensão, mudando as coisas, convencendo as pessoas.

Então, acho – para terminar este nosso primeiro contato, assim, mais formal – que há todas as condições, tanto na sociedade quanto no Governo, para mudarmos o patamar do nosso relacionamento, num diálogo que não é para concordar, mas é um diálogo franco, em que se discute, se vê e se tenta chegar a um caminho. Quando nós estivermos de acordo, muito bem: vamos juntos. Quando nós estivermos em desacordo, pelo menos saibamos por que estamos, e contra o quê.

Não vamos acusar-nos uns aos outros de que queremos coisas que não estamos dizendo.Nós queremos o que nós estamos dizendo. Podemos não ter conseguido expressar bem como chegar lá. Mas nós todos queremos – nós todos aqui – a preservação das comunidades indígenas, a demarcação das terras indígenas e a melhoria de vida dessa comunidade, que é parte do Brasil.

E eu, como Presidente do Brasil, tenho que olhar para essa comunidade com o mesmo interesse com que olho para as demais comunida-

des, e maior ainda para todas aquelas comunidades indígenas que são discriminadas, que são aquelas que merecem, naturalmente, uma política especial para contrabalançar as discriminações seculares havidas.

Aqui, alguém falou algo que precisa ser realmente pensado e feito: política indigenista. Faz tanto tempo que não se tem algo coerente que não seja nem paternalismo, nem seja, simplesmente, reivindicacionismo incessante, que também não leva a nada. O paternalismo distorce, o assistencialismo distorce e destrói os valores da comunidade. E um reivindicacionismo sem base leva à frustração. E, num momento, vem e acusa: "Ah, o que eu pedi, ele não fez, não fez." E, depois: "Não fez por quê?" Às vezes, porque não pôde.

Então, vamos criar outro tipo de convivência, para fazer o melhor que for possível. Já pedi ao Ministro, e não precisaria nem pedir, que esse debate, inclusive especificamente sobre o Decreto 22, seja feito com celeridade, mas, também, profundidade, e que ninguém seja surpreendido.

Assim como nós fizemos o Plano Real dizendo o que íamos fazer, nós devemos atuar em tudo dizendo o que e por que se vai fazer.

Então, agradeço a presença e estou certo de que – uma vez que o Presidente da República, como vocês sabem, tem uma vida muito regulamentada, muito protocolar e muito densa de atividades, não posso estar recebendo todo o mundo permanentemente – o Ministério da Justiça terá as portas abertas, para que tenhamos, finalmente, uma política indigenista que permita dizer que nós, no Brasil, estamos entrando no século XXI sem as mazelas que marcaram, infelizmente, os séculos anteriores.

Muito obrigado a vocês. Até a próxima oportunidade.